

CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS

Ana Maria Correa-Silva¹
Josiane Peres Gonçalves²

RESUMO: O estudo tem por finalidade investigar a percepção de professoras da educação infantil de um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul sobre as relações estabelecidas pelas crianças com Síndrome de Down nessa etapa da educação básica. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky, além de pesquisadores que abordam sobre a Síndrome de Down. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário respondido por 03 (três) professoras da educação infantil que tiveram entre seus alunos crianças com Síndrome de Down. Os resultados evidenciam que, apesar de existir preconceito, o processo de interação da criança com Síndrome de Down com as outras crianças vai além de qualquer deficiência, sendo que as trocas de experiência e o estabelecimento de vínculos podem contribuir para o crescimento saudável e para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, desde que sejam respeitadas as suas especificidades e ritmo.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento; Síndrome de Down; educação infantil.

CHILDREN WITH DOWN SYNDROME IN CHILD EDUCATION: PERSPECTIVE OF TEACHERS

ABSTRACT: The purpose of this study is to investigate the perception of teachers of early childhood education in a municipality in the interior of the state of Mato Grosso do Sul on the relationships established by children with Down Syndrome in this stage of basic education. The bibliographical research is based on the Historical-Cultural perspective of Vygotsky, in addition to researchers that approach on the Down Syndrome. Data collection was performed through a questionnaire answered by 03 (three) teachers of early childhood education who had children with Down Syndrome among their students. The results show that, despite the existence of prejudice, the process of interaction between children with Down Syndrome and other children goes beyond any deficiency, and the exchange of experience and bonding can contribute to healthy growth and development. child in all its aspects, provided that its specifics and rhythm are respected.

KEYWORDS: Development; Down's syndrome; child education.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Docente dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais do Campus de Naviraí (CPNV/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado à Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe (ALEC).

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende discutir o desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, considerando a escola como contexto propulsor deste desenvolvimento, ressaltando a importância das relações sociais estabelecidas na educação infantil. Como embasamento teórico, foi feita a opção pela teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, por entender o sujeito como autor e construtor do seu próprio desenvolvimento em um processo ativo e contínuo, a partir das relações estabelecidas com o mundo social (TADA; SOUZA, 2009).

A teoria Histórico-Cultural compreende o desenvolvimento da pessoa como um todo, em seus aspectos biológico, histórico e social e as possibilidades de desenvolvimento devem ser as mesmas para todas as crianças independentemente de ter deficiência ou não. Para Vygotsky (2003), todos os seres humanos se desenvolvem a partir de quatro planos genéticos: a filogênese (história da espécie; plasticidade cerebral); a sociogênese (história cultural e alargador das potencialidades); a ontogênese (história de cada indivíduo) e a microgênese (particularidades da história de cada indivíduo).

Sendo assim, entende-se que o próprio sujeito é quem constrói o desenvolvimento em um processo ativo e contínuo. A sua personalidade e a formação das suas capacidades constroem-se a partir das relações com o mundo social. Tais relações ocupam lugar de destaque na evolução de toda criança tendo ela deficiência ou não. Assim, a interação entre sujeito e sociedade é importante no processo de desenvolvimento de todas as crianças, inclusive as que possuem deficiência.

Mas o que dizem as professoras de educação infantil que trabalham com crianças com deficiência, mais especificamente com Síndrome de Down? Para tentar entender essa realidade é que se justifica a realização do presente estudo o qual tem por finalidade investigar a percepção de professoras da educação infantil de um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul sobre as relações estabelecidas pelas crianças com Síndrome de Down nessa etapa da educação básica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Moreira, Hani e Gusmão (2000), a Síndrome de Down foi descrita, em 1866, por John Langdon Down e se caracteriza por uma alteração genética produzida pela existência de um cromossomo a mais, o par 21, sendo conhecida também como trissomia 21.

Essa alteração genética afeta o desenvolvimento da criança, definindo algumas características físicas e cognitivas.

Nesse sentido, para a realização do diagnóstico, é preciso estudar o cromossômico (cariótipo), por meio do qual se detecta a presença do cromossomo 21 a mais. Uma característica que se destaca é o fato de que, em virtude do cromossomo a mais em todas as células do organismo, a criança com Síndrome de Down apresenta deficiência mental. No entanto, existem registros “[...] de casos de portadores da trissomia 21 com desenvolvimento intelectual limítrofe ou mesmo normal” (MOREIRA; HANI; GUSMÃO, 2000, p. 97).

Segundo os autores, estudos contemporâneos sugerem que a maioria das pessoas com Síndrome de Down tem um desempenho que equivale a retardo mental entre leve e moderado. Anhão, Pfeifer e Santos (2010) realizaram uma pesquisa envolvendo 6 crianças com Síndrome de Down e 6 crianças com desenvolvimento típico que frequentavam as mesmas salas dos pares com Síndrome de Down, sendo que todas as 12 crianças tinham entre três a seis anos de idade e estavam matriculadas na rede regular de Educação Infantil em um município de médio porte no interior do estado de São Paulo.

O estudo concluiu que nos comportamentos observados e de acordo com a faixa etária estudada, o grupo de crianças com Síndrome de Down abordado, não apresentou características de interação social muito diferentes das crianças com desenvolvimento típico estudadas. Reforçando a importância do processo de inclusão escolar desta população (ANHÃO; PFEIFER; SANTOS, 2010, p. 31).

Assim, Saad (2003) salienta que é possível verificar cada vez mais o desempenho significativo de crianças com Síndrome de Down, mas que ainda existe muito preconceito no que se refere à capacidade dessas crianças. Muitas vezes a deficiência mental é vista como uma característica do próprio indivíduo, sendo percebida erradamente como uma pessoa excepcional e incapaz, resultando em atrasos em seu processo de desenvolvimento e de interação e social.

A existência de mitos, de preconceitos historicamente construídos e a precariedade de informações ou conhecimentos referentes às potencialidades das pessoas com Síndrome de Down, constituem fatores que dificultam sua participação na sociedade (SAAD, 2003, p. 58).

De forma semelhante, Vygotsky (1997) ressalta que o relacionamento mediado pelo preconceito pode afetar de forma negativa a formação da personalidade da pessoa com deficiência, colaborando para o sentimento de desvalorização e dificultando a assimilação de

suas potencialidades. Desse modo, o desenvolvimento é promovido pela convivência social, pelo processo de socialização, e as leis de desenvolvimento são as mesmas para todas as crianças, independentes de terem deficiência ou não, adotando assim, contraposição ao biodeterminismo que afirma a presença de leis particulares no desenvolvimento da criança com deficiência.

Nesta perspectiva, a criança é vista como pessoa capaz de pensar, aprender e de se desenvolver, desde que sejam dadas as devidas condições para tal, e isso ocorre independentemente de padrões de normalidade impostos pela sociedade. Para Vygotsky (1997, p. 12) a criança com deficiência possui um funcionamento diferente e desse modo “[...] não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas desenvolvida de outro modo”.

Desde que nasce a criança possui os recursos biológicos e a partir das interações estabelecidas com o meio social é que ocorre o processo de desenvolvimento. Ou seja, “[...] as particularidades psicológicas da criança com deficiência têm a base não só no núcleo biológico e sim no social” (VYGOTSKY, 1997, p. 81).

É importante salientar que, quando se fala em meio social, considera-se que família e a escola são, por excelência, ambientes propícios à socialização, conforme relatam Dessem e Polônia (2007, p. 22): “A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”. Corroborando com tais proposições, Leonel e Leonardo ressaltam (2014, p. 545) que:

A partir do nascimento, a criança aprende na relação com a família importantes conhecimentos do cotidiano, porém é a escola o ambiente que contribui de fato para o desenvolvimento psíquico do homem, por meio do conhecimento científico que lhe é ofertado e das relações que ele estabelece com os outros homens, intervindo na natureza e proporcionando uma prática sócio-histórica rica. Isto favorece o desenvolvimento dos processos intelectuais, e a educação é o meio para se alcançar esse desenvolvimento.

Se a família e a escola são espaços imprescindíveis para o processo de desenvolvimento e socialização infantil, no caso de quem têm alguma deficiência, como as crianças com Síndrome de Down, não é diferente. A interação já desde o nascimento com outros adultos e crianças é importante para que as relações estabelecidas contribuam para novas formas de aprendizagens. Nesse sentido, Silva (2010) aponta que a escola tem o papel fundamental no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, pois é a partir da escola que acontece a

transformação da consciência e o trabalho educativo é caracterizado como indispensável para a formação do homem social. Também Vygotsky (1997) defende a escolarização para crianças com deficiência por acreditar na potencialidade humana e no papel social da escola no processo de desenvolvimento infantil, mesmo tendo ou não algum tipo de deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que norteia a educação brasileira, em seu Artigo 29 estabelece: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”³ (BRASIL, 1996). Por conseguinte, Gonçalves e Farias (2015, p. 149) destacam que “[...] a educação infantil ganha aspecto educativo e reconhece a criança como cidadão” por visar o desenvolvimento integral da criança, em seus diversos aspectos, complementando a ação da família e da comunidade social na qual a criança encontra-se inserida.

Diante desses pressupostos, percebe-se que o princípio que rege a educação infantil caracteriza-se pelo trabalho educativo voltado ao desenvolvimento integral das crianças, considerando os diferentes aspectos de desenvolvimento, evidenciando que a primeira etapa da educação básica torna-se significativa para a infância. Logo, considera-se que a entrada da criança com Síndrome de Down na educação infantil poderá proporcionar resultados positivos inerentes ao seu processo de desenvolvimento, aprendizagem e interação social.

Para Assumpção (2013), as pesquisas neurológicas recentes fortalecem a importância da aprendizagem nos anos iniciais, ao confirmar que aos três anos o cérebro humano tem estrutura pronta para aprender e nele ocorre cerca de um trilhão de movimentos sinápticos, número que representa o auge das conexões sinápticas do cérebro humano. Nesse contexto, torna-se importante aproveitar as “janelas de oportunidades”, oferecendo estímulos para as crianças desenvolverem o maior número possível de habilidades.

Uma das formas de contribuir com esses estímulos é por meio das interações sociais em âmbito escolar, pois a criança tem possibilidade de interagir com professores e outros colegas que contribuem para o seu processo de desenvolvimento integral. Ao abordar sobre a relevância das interações sociais para o desenvolvimento das crianças, Gonçalves e Ferreira (2014) fundamentam-se na teoria de Vygotsky para explicar sobre o conceito de zona de desenvolvimento proximal ou potencial (ZDP):

[...] a zona de desenvolvimento proximal é entendida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que é determinado por problemas

³ Inicialmente a LDB estabelecia que a Educação Infantil era para crianças de até 6 anos, sendo a idade alterada para até 5 anos, a partir da Lei nº 12.796 de 2013.

que o indivíduo soluciona independentemente, sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, que é determinado através da solução de problemas em atividades partilhadas (GONÇALVES; FERREIRA, 2014, p. 125).

Nesse contexto, considera-se que todas as crianças possuem um nível de desenvolvimento real, em que conseguem atuar sozinhas, mas que têm potencial para ir além, desde que receba algum tipo de ajuda, tornando-se relevantes as diversas formas de interações sociais estabelecidas com outras crianças, principalmente com as mais experientes e com os adultos. Em âmbito escolar, os professores representam os adultos que criam condições para que as crianças se desenvolvam e aprendam.

[...] o papel do professor torna-se fundamental porque ele deve identificar o nível de desenvolvimento real das crianças e desafiá-las para que possam ir além, respeitando suas possibilidades, sem exigir aprendizagens que estejam além do seu potencial (GONÇALVES; FERREIRA, 2014, p. 125).

Uma das formas de oferecer estímulos diversos às crianças é a inserção em instituições de Educação Infantil, por se tratar de um espaço que proporciona situações de cuidados e educação, brincadeiras, relações interpessoais, etc. Além do mais, a educação infantil proporciona às crianças possibilidade de interagir umas com as outras, resultando em atitudes básicas de aceitação, confiança e alegria, contribuindo com o processo de desenvolvimento integral de todas, inclusive das crianças que têm Síndrome de Down ou outras deficiências.

METODOLOGIA

Partindo do pressuposto de que o ser humano é sujeito do seu processo de desenvolvimento, especialmente devido à apropriação de novos conhecimentos e das relações estabelecidas com o mundo social, surgiu a necessidade de investigar a opinião de professoras da Educação Infantil que já atuaram ou atuam com crianças que tenham Síndrome de Down. A intenção é perceber o que essas profissionais da educação pensam sobre o desenvolvimento destas crianças a partir das relações sociais advindas do contexto escolar.

Dessa forma, inicialmente foi feito o estudo de artigos científicos que abordavam sobre a Síndrome de Down, bem como o estudo sobre a teoria Histórico Cultural de Vygotsky, para melhor compreender a temática e fundamentar a investigação. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica ocorre por meio de:

[...] material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, [...] colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Após analisar a temática pautada em referenciais existentes, foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, sendo feita a opção por esse tipo de investigação por considerar que:

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda [...] interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (TERENCE; FILHO, 2006, p. 2).

Participaram desse estudo, 03 (três) professoras da Educação Infantil de um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul que tiveram ou têm em sua turma alguma criança com Síndrome de Down. Quanto ao perfil das participantes, duas eram formadas em Pedagogia e uma em Curso Normal Superior. As três possuíam especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e uma delas também possuía especialização em Educação Especial. O tempo de serviço das três variava entre 14 e 17 anos de atuação.

É importante ressaltar que no processo de coleta de dados foram entregues questionários para oito professoras de instituições municipais de Educação Infantil, mas somente três devolveram os questionários preenchidos, sendo essas consideradas as participantes desta pesquisa.

O instrumento utilizado para a pesquisa de campo caracterizou-se por um questionário com questões abertas relacionadas à percepção, a metodologia utilizada e o relacionamento dos educandos com Síndrome de Down com as demais crianças. Como procedimento de análise dos dados, utilizou-se a verificação do conteúdo das respostas e para preservar a identidade das participantes, optou-se por utilizar nome fictício de flores: Rosa, Margarida, Dália. Os resultados são apresentados na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento adequado na infância é que dará possibilidades a muitas aprendizagens escolares posteriores, assim, a Educação Infantil determina as bases da

personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, fortalecem ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de solidariedade, de responsabilidade (MATHIAS; PAULA, 2009).

A presença da criança com Síndrome de Down na escola pode trazer resultados muito positivos, principalmente se a instituição estiver preparada para promover a inclusão. Assim, as professoras pesquisadas comentaram sobre como percebiam que tinham uma criança com a referida Síndrome na sala de aula. Todas citaram que recebem um laudo médico relatando sobre as características, especificidades e orientações para trabalhar com a criança. A professora Rosa também ressaltou que mesmo antes de ver o laudo observa as características físicas, que são próprias das pessoas com Síndrome de Down. Nesse sentido, Down Tada e Souza (2009, p. 7) esclarecem:

No campo da Medicina, esta Síndrome é definida como uma doença que apresenta como sinais: cabeça um pouco menor quando comparada com as das crianças normais, contorno do rosto achatado, olhos com pálpebras estreitas e oblíquas, orelhas pequenas, pescoço largo e grosso, prega palmar única, tônus muscular pobre, entre outras características.

As autoras acreditam que além das características físicas, a criança com Síndrome de Down pode apresentar “[...] atraso do desenvolvimento motor e comprometimento mental”, sendo necessário haver um tratamento diferenciado na escola. Dessa forma, as professoras mencionaram sobre a utilização de metodologia diferenciada para o ensino/aprendizagem da criança com Síndrome de Down. As docentes Margarida e Dália não utilizavam metodologias diferenciadas porque, segundo elas, os alunos participam ativamente em todas as atividades, inclusive das brincadeiras, independentemente de ter deficiência ou não. Já Rosa enfatiza que é necessário ter metodologia diferenciada e contar com a ajuda de uma professora auxiliar, denominada de itinerante.

Geralmente procuro realizar as atividades de acordo com a capacidade do meu aluno, quando tive aluno com Síndrome de Down o mesmo tinha uma itinerante [auxiliar] e nós tínhamos uma relação muito boa a qual facilitava na elaboração e execução das atividades (ROSA).

A fala da professora Rosa vem ao encontro com o pensamento de Vygotsky (1997) por entender que a criança com deficiência precisa de metodologias diferenciada, para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem, a fim de obter um pensamento abstrato.

Diante do que foi discutido até aqui, entende-se que o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down acontece em ritmo mais lento, no entanto, isso não impede que a ela aprenda e se desenvolva, porém, não se pode negar as especificidades destas crianças e suas necessidades individuais devem ser consideradas. Saad (2003, p. 57) acredita que “As pesquisas existentes, referentes à Síndrome de Down, são ainda insuficientes para esclarecer e guiar atitudes educacionais para o desenvolvimento das pessoas que a apresentam”.

Quanto à relação entre as crianças com Síndrome de Down e os demais colegas da turma, as professoras relataram:

Rosa - “As crianças não tiveram nenhum problema em questão de relacionamento ao contrário todos querem protegê-lo”.

Margarida – “Todos tinham bom relacionamento e interação com os amigos, tinha dificuldade na fala, mas não atrapalhava a socialização com os demais”.

Dália – “De início conversei com todos e mostrei diversas crianças com Down, falei das limitações e todas as crianças ajudavam, brincavam e seu desenvolvimento foi impressionante e sua relação com os demais se tornou prazerosa e proveitosa”.

A partir do relato das professoras entende-se que a relação da criança com Síndrome de Down com os demais colegas é tranquila, evidenciando que na educação infantil as crianças aceitam melhor as diferenças umas das outras. Além do mais, as interações sociais contribuem para o desenvolvimento de toda a turma e, nesse sentido, Rego (1995) destaca que as diversas formas de interações possibilitam condições para que o indivíduo se aproprie de conceitos, valores, ideias, concepção de mundo, etc., que fazem parte do contexto sociocultural no qual a pessoa encontra-se inserida. Neste mesmo viés, Vygotsky (1997) considera que as relações sociais ocupam lugar de destaque na aprendizagem e no desenvolvimento do ser humano.

O que foi abordado até o presente momento, possibilita acreditar que o desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down está atrelado ao convívio social e que a interação com outras crianças pode impulsionar este desenvolvimento, no entanto deve-se permitir que a criança progrida de acordo com o seu próprio ritmo. Por fim, as professoras que participaram da pesquisa falaram sobre as suas percepções quanto à consequência das relações sociais no processo de desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, cujos relatos foram:

Rosa – “É de suma importância que haja uma boa relação social, pois isso possibilita a criança a se sentir importante, capaz, a escola tem um papel fundamental, pois a mesma permite trabalhar com as diferenças, a família precisa estar presente em parceria com a escola”.

Margarida – “Muitas pessoas pensam que uma criança com Síndrome de Down não se desenvolve, e não dão atenção que precisam, mas se for uma criança bem trabalhada, que convive no meio social ela se desenvolverá e se sentiria uma pessoa normal como às outras”.

Dália – “Muitas pessoas escondem, tentam fazer vistas grossas, mas se for bem aceito e trabalhado, a criança com Síndrome de Down se torna um ser humano como outro qualquer, mas a sociedade rejeita, tem medo de assumir”.

Perante o que foi elencado, conclui-se que ainda existe preconceito quanto ao desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, no entanto, as relações advindas da escola atuam como impulso para que essa criança se desenvolva. A educação, a interação sujeito-meio, é imprescindível no processo de desenvolvimento de todos os indivíduos, inclusive dos que possuem deficiência. Dessa forma, Marques (2009) fundamenta-se na teoria de Vygotsky (2003) para afirmar que:

O aluno é considerado, acima de tudo, um ser ativo, capaz de pleno desenvolvimento, desde que lhe sejam dadas condições para tal. Assim, a educação deve ser encarada como um quefazer humano, que ocorre num tempo/espço específico e principalmente entre homens em suas relações uns com os outros. (MARQUES, 2009, p. 150).

Diante do exposto, evidencia-se que a Educação Infantil é a oportunidade que uma criança com Síndrome de Down tem de conviver com um grupo de iguais, de brincar num ambiente de aceitação e confiança, adquirindo novas e positivas experiências, se desenvolvendo em todos seus aspectos cognitivos, afetivos e emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio que o propósito deste estudo foi de investigar a percepção de professoras da Educação Infantil de um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul sobre as relações estabelecidas pelas crianças com Síndrome de Down nessa etapa da Educação Básica, foi possível constatar que, tendo ambiente propício, a criança com Síndrome de Down é capaz de se desenvolver como qualquer outra criança, todavia, torna-se necessário respeitar o ritmo e o tempo de cada uma.

Neste sentido, segundo a opinião das professoras, existem preconceitos no que se refere à escolarização da criança com Síndrome de Down, porém, a interação entre as crianças na Educação Infantil vai além de qualquer deficiência que esta pode ter, e que da troca de experiências, o estabelecimento de vínculos poderá impulsionar o crescimento saudável e o

desenvolvimento em todos os aspectos, desde que sejam respeitadas suas especificidades e ritmo. Enfim, a educação social da criança com deficiência conduz a mesma a um processo de formação humana conforme menciona Vygotsky (1997).

É importante salientar que, à luz da Teoria Histórico-Cultural, é necessário olhar o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down compreendendo o contexto ao qual este está inserido e a influência das relações sociais, buscando a superação dos preconceitos, dando a oportunidade para superar suas limitações, reconhecendo a escola como impulsionadora no processo do desenvolvimento.

Para finalizar, destaca-se que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar a temática, uma vez que é importante que novas pesquisas surjam na área, a fim de melhor compreender a escola como propulsora do desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down.

REFERÊNCIAS

ANHÃO, P. P. G.; PFEIFER, L. L.; SANTOS, J. L. Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.1, p.31-46, Jan.-Abr., 2010.

ASSUMPCÃO, M. C. **Educação Infantil**: Uma fase importante na aprendizagem. 2013. Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/artigos/artigo-educacao-infantil-uma-fase-importante-na-aprendizagem> Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LEI Nº 12.796, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1 Acesso em: 11 set. 2022.

DESSEN, M. A; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003 Acesso em: 10 fev. 2022.

GONÇALVES, J. P.; FARIA, A. H. Representações sociais de famílias sobre a atuação de homens professores com crianças de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**, Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 41, p. 144-164, jan./jun. 2015

GONÇALVES, J. P.; FERREIRA, J. A. B. Linguagem escrita na educação infantil:

quando se deve iniciar esse processo? **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 23, p.120-136, set./dez. 2014.

LEONEL, W. H. S.; LEONARDO, N. S. T. L. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 541-554, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400006&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 mar. 2022.

MARQUES, C. A. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. In: **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetória de pesquisa Organização**: Denise Meyrelles de Jesus, et al (Orgs.) Porto Alegre: Meditação, 2009.

MATHIAS, E. C B.; PAULA, S. N. de. A educação infantil no brasil: avanços, desafios e políticas públicas. **Revista Interfaces: Ensino, Pesquisa e Extensão**. 2009. Ano 1, nº 1, p. 13-16, 2009. Disponível em: <http://www.unisuz.edu.br/interfaces/downloads/educacao-1/artigo-1.pdf> Acesso em 10 mar. 2022.

MOREIRA, L. M.; HANI, N; GUSMÃO, F. A.A Síndrome de down e sua patogênese: considerações sobre determinismo genético. **Revista Brasileira Psiquiatr.** Anais do XXVI ENEGEP, Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11, Out. 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. p. 54. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc> Acesso em: 08 mar. 2022.

REGO, T. C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SAAD, S. N. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.9, n.1, jan/jun., 2003, p 57-78.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos**. Série Inclusão escolar. Curitiba: Ibpx, 2010.

TADA, I. N. C.; SOUZA, M. P. R. Síndrome de Down, sentidos e significados: contribuições da teoria Socio-Cultural. **Boletim de Psicologia**, 2009, vol. LIX, nº 130, p. 1-16.

TERENCE, A. C. F.; FILHO, E. E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ações estudos. **Anais do XXVI ENEGEP**. Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf Acesso em: 08 mar. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escolhidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.